



pelos mares da
**língua
portuguesa 4**

EDS.

ANTÓNIO MANUEL FERREIRA
CARLOS MORAIS
MARIA FERNANDA BRASETE
ROSA LÍDIA COIMBRA





pelos mares da
**língua
portuguesa 4**

EDS.

**ANTÓNIO MANUEL FERREIRA
CARLOS MORAIS
MARIA FERNANDA BRASETE
ROSA LÍDIA COIMBRA**



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Pelos Mares da Língua Portuguesa 4

EDITORES

António Manuel Ferreira
Carlos Moraes
Maria Fernanda Brasete
Rosa Lúcia Coimbra

EDITORIA

UA Editora
Universidade de Aveiro
Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia

EDIÇÃO

1.^a edição – dezembro de 2019

ISBN

978-972-789-624-0

GRAFISMO

Grafismos sobre uma imagem criada por Álvaro de Sousa
Arranjo gráfico de Diogo Henriques

APOIOS

universidade de aveiro  dlc departamento de línguas e culturas
cllc centro de línguas, literaturas e culturas

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

FUNDAÇÃO
MÁRIO SOARES

AVEIRO
CÂMARA
MUNICIPAL

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso

Nota de abertura

O IV Congresso Internacional “Pelos Mares da Língua Portuguesa”, que teve lugar na Universidade de Aveiro, situou-se entre dois marcos importantes para a língua portuguesa: o dia do autor português, a 22 de maio, e o dia de África, a 25 de maio. Pretendeu-se, assim, na linha das três edições anteriores, sublinhar a importância da língua portuguesa como meio de comunicação intercultural.

O programa do congresso incluiu conferências plenárias, mesas-redondas, comunicações livres, pósteres, exposições, distribuídas por quatro painéis temáticos: 1. Pelos mares de África; 2. Pelos mares da América; 3. Pelos mares da Europa; 4. Pelos mares do Oriente. Nesses quatro painéis foram focados os seguintes tópicos: o português, uma língua de comunicação e culturas; diversidades linguísticas, culturais e literárias; a língua portuguesa na era digital; geografias da língua portuguesa – redes de ensino (língua materna, língua segunda, língua estrangeira, língua de herança); roteiros da língua portuguesa (museológicos, científicos, turísticos, literários); diálogos interartes (cinema, música, ilustração, fotografia, pintura, etc.); a língua portuguesa em diálogo com outras línguas; vozes literárias em língua portuguesa: textos, contextos e intertextos; a língua portuguesa nos negócios e na diplomacia.

Da Comissão Científica do evento, para além dos organizadores, fizeram ainda parte os professores Agnaldo Rodrigues da Silva (UNEMAT/AML, Brasil), Alberto Sismondini (Universidade de Coimbra), Álvaro Iriarte Sanromán (Universidade do Minho), Ana Paula Arnaut (Universidade de Coimbra), Andrés J. Pociña López (Universidad de Extremadura, Espanha), Andrés Pociña (Universidad de Granada, Espanha), António Fernando Cascais (Universidade Nova de Lisboa), Aurora López-López (Universidad de Granada, Espanha), Benjamin Abdala Júnior (Universidade de São Paulo, Brasil), Carlos Ascenso André (Universidade de Coimbra / Instituto Politécnico de Macau), Catarina Xu (Universidade de Línguas Estrangeiras de Xangai, China), Cristina Martins (Universidade de Coimbra), David Gibson Frier (University of Leeds,

UK), Elisabeth Battista (UNEMAT, Brasil), Fernanda Cavacas (Ensaísta), Fernando Curopos (Sorbonne Universités, França), Fernando Venâncio (Universiteit van Amsterdam, Holanda), Flavia Maria Corradin (Universidade de São Paulo, Brasil), Francisco Maciel Silveira (Universidade de São Paulo, Brasil), Francisco Topa (Universidade do Porto), Inês Cardoso (York University, Toronto, Canada), Isabel Falé (Universidade Aberta, Lisboa), Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta, Lisboa), João Manuel Nunes Torrão (Universidade de Aveiro), João Nuno Corrêa-Cardoso (Universidade de Coimbra), João Paulo Silvestre (King's College, Londres, UK), José Teixeira (Universidade do Minho), Kathrin Saringen (Universität Wien, Áustria), Luís Filipe Barbeiro (Instituto Politécnico de Leiria), Lurdes de Castro Moutinho (Universidade de Aveiro), Marisa Mendonça (Diretora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa), Martin Neumann (Institut für Romanistik, Universität Hamburg, Alemanha), Martins Mapera (Unizambeze, Moçambique), Miguel Gonçalves (Universidade Católica, Braga), Nobre Roque dos Santos (Unizambeze, Moçambique), Olga Maria Castrillon-Mendes (Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil), Rolf Kemmler (UTAD, Vila Real), Simone Caputo Gomes (Universidade de São Paulo, Brasil), Solange Fiuza (Universidade Federal de Goiás, Brasil), Sónia Catarina Gomes Coelho (UTAD, Vila Real), Tania Celestino Macêdo (USP, Brasil), Tania Martuscelli (University of Colorado Boulder, EUA), Vera Maquêa (Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil) e Xavier Frias Conde (UNED, Espanha).

As comunicações apresentadas, após uma revisão científica por pares, deram origem a duas publicações da responsabilidade dos mesmos elementos que integraram a Comissão Organizadora do evento, o presente *ebook* e um volume, pela editora Peter Lang, intitulado *Pelos Mares da Literatura em Língua Portuguesa*.

Os editores

Índice

- 11 Adrianna Machado Meneguelli
O roteiro poético-visual de Murilo Mendes
- 17 Aline Bazenga & Lorena Rodrigues
Usos do clítico *lhe* em variedades do português
- 35 Andrés José Pociña López
Fontes do léxico do crioulo caboverdiano
- 45 Angelina Paulino Comé
Desvios gramaticais dos alunos moçambicanos em Língua Portuguesa: norma(s) de língua em uso e estratégias de ensino
- 63 Angelina Comé, Josefina Caetano Ferrete & Tomásia Mataruca Nhazilo
O Ensino do PLE em Moçambique: referências
- 77 Ângelo Ferreira & António Neto-Mendes
A timoridade pela língua portuguesa: o caso do Externato de São José durante a ocupação indonésia
- 97 Benjamin Abdala Junior
Liberdade e censura nos periódicos dos tempos coloniais, a partir de *O signo da ira* (Orlando da Costa) e de *Luuanda* (Luandino Vieira)
- 103 Carlos Rodrigues, Ana Grifo & Emanuel Leite Jr.
Panorama da investigação em Políticas Públicas na CPLP
- 123 Catarina Santos, Jorge Costa Lopes & Paula Cristina Isidoro
Vergílio Ferreira: da minha língua vê-se a montanha
- 133 Cleide Inês Wittke & Jossemar de Matos Theisen
Desenvolvimento da competência de escrita através de gêneros textuais
- 147 Cristina Vieira da Silva & Cláudia Andrade
Os recursos digitais ao serviço do ensino e aprendizagem da gramática
- 163 Danuza Américo Felipe de Lima
A Crónica 1344 e seu construtor de passados: visita à produção de Dom Pedro de Barcelos

- 175 Danuza Américo Felipe de Lima & José Luís Pires Laranjeira
A criouliidade na obra de José Eduardo Agualusa
- 181 Delfim Correia da Silva
Viagem da Língua Portuguesa pelo mar “susegad” de Goa: Uma breve perspetiva histórica e sincrónica do estado dos Estudos Portugueses
- 201 Dina Maria Silva Baptista & Sónia Catarina Lopes Estrela
Os desafios da comunicação digital nas PME
- 219 Djair Rodrigues de Souza
O papel da Biblioteca frente à queda de público leitor
- 223 Edyta Jablonka
O omnipresente inglês: moda ou necessidade?
- 235 Eliete Sampaio Farneda & Marina Nédio
A abordagem comunicativa através de gêneros textuais no processo de ensino de Português Língua Estrangeira
- 245 Elisabeth Battista
“Sem o direito fundamental de voltar para casa”: Maria Archer – uma autora portuguesa no exílio
- 257 Emanuel Madalena
Fazer no silêncio catedral: a leitura e a escrita em Jesusalém, de Mia Couto
- 275 Fernando Venâncio
Luís de Camões e Luís Fróis: o Oriente como espaço de renovação para a língua portuguesa
- 283 Filipa Filipe
Pelos mares da América: uma aprendizagem contextualizada da Língua Portuguesa nos Estados Unidos da América
- 297 Giselle Menezes Mendes Cintado
Uma interação sociolinguística através da Gramática Comunicativa com universitários em aulas de PLE: alguns casos de estudo no sul da Andaluzia
- 305 Helena Maria da Silva Santana & Maria do Rosário da Silva Santana
O sonho e a Arte reditos na magia de uma obra: *As Feiticeiras* de António Chagas Rosa e Maria Teresa Horta
- 317 Inês Costa
***Granta África*: uma leitura pós-colonial**
- 339 Irene Mendes
O léxico em textos jornalísticos: da morfologia à semântica

- 343 Isabelle Simões Marques
Navegando pelas línguas: interculturalidade e plurilinguismo literário
- 351 Jerónimo Simão, Hildizina Norberto Dias & Luísa Álvares Pereira
Competências de leitura e escrita em alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico em Moçambique
- 373 José Teixeira
Decálogo de clichês mais ou menos enganadores sobre a língua portuguesa
- 389 Jossemar de Matos Theisen & Cleide Inês Wittke
Estudos dos letramentos: letramento digital e leitura *online* na universidade
- 397 Julio Reis Jatobá
Uma China de distância: a cultura dos PLP em materiais didáticos para o Ensino de PLE
- 411 Juvêncio Sidumo, Ana Margarida Ramos & Martins Mapera
Estratégias de intervenção intercultural no ensino da Língua Portuguesa em Moçambique
- 429 Kathrin Sartingen
Pelos mares do filme lusófono: Navegando, Naufragando, Narrando
- 441 Luciene Lages Silva
Memória, ficção e história na configuração das terras brasílicas por Luiz dos Santos Vilhena
- 453 Luís Filipe Barbeiro
Aprender Língua Portuguesa: do mar de possibilidades aos rochedos de incorreções
- 471 Lurdes de Castro Moutinho & Rosa Lúcia Coimbra
Sociolinguística urbana: um estudo de caso na cidade do Porto
- 483 Manuella Bezerra de Melo
Breviário do Brasil de Agustina-Bessa-Luís: um contributo para a manutenção do olhar colonizador e eurocêntrico no espaço lusófono
- 493 Maria da Nazaré Marques Cardoso, Cecília de Lurdes Falcão & Cláudia Susana Nunes Martins
Os cinco sentidos no diálogo idiomático do Português Europeu com Línguas Estrangeiras
- 507 Maria do Carmo Mendes
“O oceano parece um grande lago”: o mar e a diáspora cabo-verdiana
- 515 Maria João Macário, Cristina Manuela Sá & Cristina Vieira da Silva
Relações entre o Português europeu e as suas variedades internacionais: um estudo com futuros profissionais da Educação

- 531 Maria João Marçalo & Cecília Santanchè
A criação do contexto para o ensino do PLA
- 543 Maria José Dias
Maria Velho da Costa: um mistério glososo
- 553 Maria José Coracini
Linguagem-Trauma e resistência: o caso de moradoras de rua
- 561 Martins José Chelene Mapera
Rir junto é um abraço pelos mares da Língua Portuguesa
- 571 Matilde Gonçalves & Rute Rosa
O suporte digital na leitura e compreensão textual
- 589 Renata Junqueira de Souza, Daniela Maria Segabinazi & Jhennifer Alves Macêdo
Ensino de literatura e letramento literário: as estratégias metacognitivas de leitura e a formação de leitores
- 607 Rosana Baptista dos Santos
Aparentamentos sobre o fantástico nos contos de Murilo Rubião e de Mário de Carvalho
- 615 Sérgio de Carvalho Rodrigues
A Identidade Nacional na Poesia de Agostinho Neto: “O Içar da Bandeira” e “A voz Igual”
- 627 Sílvia Ribeiro
Se decausativo em PB e em PE: entre a manutenção e a perda
- 643 Simião Alberto Muhate
Abordagem mitocrítica dos répteis prenunciadores da morte no grupo etno-linguístico dos varhonga
- 659 Tomásia Alícia Mataruca Nhazilo
Representações sociolinguísticas do Português na sua aprendizagem como L2
- 675 Wenjun Gu
Pronomes clíticos na aprendizagem de PLE: um estudo empírico sobre a sua produção por falantes de chinês
- 689 Xavier Frias Conde
O galego dentro do padrão português

Viagem da Língua Portuguesa pelo mar “susegad” de Goa: uma breve perspectiva histórica e sincrónica do estado dos Estudos Portugueses

DELFIN CORREIA DA SILVA

Universidade de Goa / CLP-Camões, I.P.

*“Que tem Goa, que magoa
meu coração português?...”*
Casimiro Ceivães¹

Goa, ou para sermos mais precisos, a *Índia Portuguesa*, na opinião de muitos historiadores, tornou-se muito rapidamente quase numa obsessão, num projeto de colonização obstinado que os portugueses, mesmo a partir do momento em que as receitas e outros dividendos económicos apenas mitigavam os prejuízos financeiros. A Coroa Portuguesa, o Padroado e o Estado Novo insistiram em promover a imagem de uma Goa Dourada, a “Pérola do Oriente”. Em grande parte devido à massiva concentração de igrejas e outras obras de arquitetura religiosa de impressionante volumetria, Goa era também considerada a “Roma do Oriente”, visão essa contrariada por outra corrente de opinião que retrata esse território, sob a administração portuguesa, com cores mais negras, invocando para isso as atrocidades das conversões forçadas, a destruição de templos, pagodes e mesquitas, o estabelecimento da Inquisição e da intolerância religiosa, linguística e cultural, a ineficácia do sistema educativo, em especial ao nível dos programas e instituições de ensino superior, quando comparado com o desenvolvimento verificado na Índia Britânica.

¹ Poema “Que tem Goa, que magoa” in Revista *Nova Águia*, n.º 2, 2.º Semestre 2008, p.134.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra! A prudência e a sensatez levam-nos a usar esta expressão bem portuguesa cujo valor semântico nos remete para o título da nossa comunicação. Como demonstraremos, de forma muito abreviada, a história do ensino em Goa² teve os seus momentos áureos e as suas crises. Fazer uma análise conjectural sobre a ação da missionação, as reformas pombalinas ou liberais e até sobre os efeitos da República no ensino em Goa, como muitos apressadamente têm feito, conduzir-nos-ia a enseadas de águas estagnadas, azuis para uns, negras para outros. Desejamos, antes, sulcar águas mais “sossegadas”, longe das tempestades, evitando os traiçoeiros rochedos ou o canto das orientais sereias. A língua portuguesa deve, pois, zarpar dos portos goeses ao encontro e descoberta das ilhas espalhadas pelo oceano lusófono que se escondem para lá da linha do horizonte deste mar arábico.

1. Hindustão, berço de uma civilização milenar

O contributo da Índia para o conhecimento mundial é incomensurável. Na medicina, na astronomia, na matemática, como através do pensamento filosófico presente nos livros sagrados, os *Vedas*, escritos em sânscrito, muito provavelmente 2000 anos A.C., foi da região do Hindustão situada no sudeste da Ásia que beberam os árabes e os gregos muitos dos seus conhecimentos e que afinal estão na base da cultura greco-latina, da civilização ocidental.

Antes da chegada de Vasco da Gama a Calecute em 1498, já outros europeus, espíões, viajantes e aventureiros, haviam chegado à Índia, por terra, e conhecido um esplendor civilizacional absolutamente desconhecido no Ocidente. Os equívocos registados no roteiro da 1.^a viagem, autoria de forma quase consensual atribuída a Álvaro Velho³, evidenciam o quão limitado era o nosso conhecimento sobre os povos e as culturas orientais, designadamente as que se desenvolveram na região do Concão e nos planaltos do Decão e ao longo da Costa do Malabar. As informações que Pero da Covilhã havia feito chegar ao rei D. João II mostraram ser manifestamente insuficientes ou terão sido mal decodificadas. Quase um século depois do veneziano Nicolla di Conti, Fernão Nunes e Domingo Paes⁴, dois viajantes portugueses, registam no 1.º quartel do século XVI a vivacidade do reino de Bisnaga (Vijayanagar), crónicas que terão seguramente enriquecido as *Décadas* de João de Barros.

² Limitar-nos-emos, neste texto, a abordar alguns aspetos do sistema de ensino promovido pelos portugueses de 1510 a 1961, o ensino religioso congregacional e secular, o ensino laico, governamental público e privado, dando um particular enfoque, ainda que muito sucinto, aos programas de estudos portugueses de 1961 até os dias de hoje.

³ A este propósito ver o “Estudo Introdutório” em Fardilha, Luís Fernando de Sá & Fernandes, Maria de Lurdes Correia. (ed.) (2016). *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia, 1497-1499*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Universidade do Porto, Fundação Eng. António de Almeida.

⁴ Cf. Sewel, Robert (2009). *A Forgotten Empire: Vijayanagar - A Contribution to the History of India*. Dodo Press.

A 25 de novembro de 1510, data da segunda e definitiva conquista de Goa por Afonso de Albuquerque, os portugueses já não estavam perante o fausto e esplendor das dinastias anteriores (cf. a corte do rei Ashoka da dinastia Maurya). Afonso de Albuquerque beneficiou de um inusitado conjunto de fatores para conquistar Goa (17-02-1510 e 25.11.1510): o mesmo inimigo comum, o rei de Bijapur (Adil Khan ou Hidalcão) que se encontrava em guerra com o rei hindu de Vijaynagar, um ambiente cultural a perder progressivamente a sumptuosidade de outrora e as condições geoestratégicas ideais para aí (na atual Goa Velha) construir a base de um império, um entreposto colonial, que passou a se designar, a partir do século XVIII de “Estado da Índia Portuguesa”.

2. O ensino em Goa antes dos portugueses

Quando os portugueses chegaram a Goa, depararam-se com diversas práticas e instituições de ensino formal, bem diferentes das do mundo ocidental: as *parishads* onde os professores, brâmanes “Shenais” ou “Sinais”, à sombra de uma árvore e nas proximidades de um templo ministravam os primeiros ensinamentos básicos de leitura, escrita e aritmética; nas *gurukulas*, nas *mathas* (verdadeiros mosteiros hindus, muito típicos no sul da Índia), nas *agrabaras* e nas *brambapuris* o ensino era superior. Nelas, os jovens brâmanes iniciavam-se na leitura dos versos sagrados dos *Vedas*, dos *Upanishads*, dos *Srutis* e dos *Puranas*. Havia ainda as *kshatriyas* onde os alunos aperfeiçoavam as suas destrezas nas artes marciais e as *vaihyas* dedicadas ao comércio. A língua de instrução era o concanin, o marata ou o canarim no ensino básico ou elementar e o sânscrito nos estudos mais avançados (Gomes, J. Benedito, 1927, p.4).

Para além dos textos religiosos, algumas disciplinas eram tidas como essenciais nos centros educativos superiores: matemática, astrologia, literatura, gramática, filosofia e ayurveda.

A educação era gratuita, os governantes concediam terras livres de impostos para a construção de escolas e os professores não eram remunerados. Estes eram anualmente homenageados e presenteados (Xavier, 1993, p.205).

Mas estas não eram as únicas escolas em Goa. Os muçulmanos, em última instância os grandes adversários dos portugueses no oriente, no início do século XVI, promoviam uma rede de ensino baseada nas *matkab* (ensino primário) e nas *madrasas* (ensino superior). As línguas do sistema educativo eram o árabe e o persa.

3. Colonização e evangelização: dois processos da lusitanização do território

Afonso de Albuquerque em 1514 haveria de criar em Goa a primeira escola de português, semelhante aquela que havia também formado em Cochim (Xavier, 1993, p. 206). João Rodrigues, enviado pelo Governador Duarte de Menezes, viria de Cochim para ensinar em Goa. Desde muito

cedo se tornou evidente a necessidade de instruir; o ensino da língua estava então intimamente associado à evangelização.

Ao criar a primeira escola em Goa, Afonso de Albuquerque tinha consciência de que a educação era um extraordinário instrumento de “cristianização” e de “lusitanização”. A colonização na Índia assentava em três vetores: fortificações/fortes, igrejas e escolas (Gomes, J. Benedito, 1927, p. 5). As ordens religiosas estavam clara e naturalmente em melhor posição para oferecer os seus serviços ao rei e cumprir a realização dos dois últimos objetivos.

O rei conquistava terras e os religiosos almas. Deste modo, a igreja é a responsável pelo primeiro modelo educativo na Índia. No final do século XVII, havia já um grande número de colégios, seminários e conventos que ministravam o ensino em português.

As principais instituições de ensino em Goa são, até meados do século XIX, de cariz eclesiástico e monacal, repartidas pelas várias ordens religiosas estrangeiras, Jesuítas, Franciscanos, Agostinianos, Dominicanos, e ordens formadas por clérigos locais, os Oratorianos e os Carmelitas Descalços. É frequente ouvir-se dizer que os portugueses saíram de Goa em 1961 sem deixar nenhuma universidade. *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra!* Na verdade, os estudos superiores foram desenvolvidos desde o século XVI. Entre as mais importantes instituições de ensino, destaca-se o famoso Colégio de São Paulo, criado nas instalações do Seminário da Santa Fé um ano mais tarde, na cidade de Goa, mais tarde conhecida como Goa Velha, na “Rua de Carreira de Cavalos”⁵.

A universalidade dos seus estudantes provenientes de quase toda a Ásia, goeses, malabares, do norte da Índia, bengalis, cingaleses, malaios, javaneses, chineses e abissínios, a rondar os 3000, dos 13 aos 15 anos, contribuíram para o título que ostentava de Universidade do Oriente⁶. A admiração registada pelos aventureiros e viajantes estrangeiro é bem conhecida, como é o caso do francês François Pyrard de Laval⁷.

Entre os diversos cursos, figurava a cadeira de Medicina e de Cirurgia que se tornaria autónoma, dando mais tarde origem à criação da famosa Escola Médico-Cirúrgica, outro baluarte do ensino superior em Goa, sem esquecer ainda a importante Escola de Matemática-Militar que substituiria a Academia Militar criada em 1817. O Colégio de São Paulo foi, na verdade, a primeira instituição dos jesuítas na Ásia, o primeiro centro de estudos europeus, onde pela primeira vez se utilizou a imprensa que permitiu a publicação do primeiro livro em todo o continente, o livro de catequese de Francisco Xavier, *Doutrina Cristã*. O sucesso do Colégio de São Paulo levou à

⁵ Cf. *Memória Histórico-eclesiástica da Arquidiocese de Goa*, Nova Goa, 1933, p. 325.

⁶ Cf. *Memória Histórico-eclesiástica da Arquidiocese de Goa*, Nova Goa, 1933, p. 325.

⁷ “e este collegio de S. Paulo que é o principal de toda a Índia oriental, eu nele vi até ao numero de 2,000 estudantes entre portuguezes e indigenas, que lá recebem instrução gratuita, dirigida pelos professores jesuitas. Ligado ao collegio está o seminario daquela ordem que tem alumnos pensionados” – Viagem de Francisco Pyrard de Laval, tradução de J.H. da Cunha Rivara, Nova Goa, Imprensa Nacional, p. 47.

propagação de inúmeros outros colégios e instituições eclesiásticas de ensino em Goa. Os Franciscanos fundaram o Colégio de São Boaventura (1623), o Colégio dos Reis Magos (1555) e o Colégio de Nossa Senhora de Pilar (1633), os Agostinhos, o Colégio de Pópulo (1650), os Carmelitas Descalços, o Colégio dos Carmelitas no Monte Guirim (1612), os Oratorianos, o Colégio da Congregação do Oratório (1702) e os Dominicanos, o Colégio de São Tomás de Aquinas, por muitos considerado a segunda universidade em Goa.⁸

A dimensão e profundidade dos estudos superiores era tão significativa, que no século XVIII em vários colégios em Goa, após uma longa formação superior em Português, Latim, Grego, Lógica e Retórica, os alunos podiam submeter as suas teses a Roma ou Lisboa e assim obter o grau de doutoramento. No final do século XVII, os jesuítas já haviam assumido o monopólio do ensino e transformado Goa num enorme centro de atividade educativa e formação académica.

D. João III, revelou sempre a sua veia humanista e uma profunda sensibilidade pedagógica e educativa. Para além de promover a formação e aprendizagem dos jovens portugueses através da concessão de bolsas para estudarem na Europa, em 1546 ordenou a criação de escolas paroquiais em todas as aldeias de Goa (Ilhas), onde quer que houvesse cristãos. Na falta de civis para assegurarem esta rede de ensino, os párocos assumiram de bom grado esse novo desígnio que, para além do proleto, assumia também uma intenção marcadamente de aculturação, de lusitanização da população local.

A separação da instrução religiosa e secular não era muito clara, pois não se sentiam particulares diferenças, nem dos conteúdos, nem nas metodologias. O ensino centrava-se mais no professor ou tutor do que nas instalações onde decorriam as aulas. Deste modo, alguns clérigos começaram também a ensinar, para além do espaço da igreja, nos locais onde residiam. Despontava assim a diferença entre o ensino público e o ensino privado.

Em 1760, estavam matriculados 613 estudantes, nas Ilhas, em Bardez e em Salcete. As aulas decorriam em salas sem carteiras, com pouquíssima atividade de escrita. A metodologia centrava-se em estratégia de oralidade. Os textos e conteúdos eram em Latim, tal como as orações. Contudo, a língua de instrução era o Português.

As escolas eram mantidas e conservadas pelas “Comunidades”⁹, pelas Confrarias e pelas Fábricas¹⁰. A primeira escola primária, aberta ao público laico, seria inaugurada pelos Franciscanos em Reis Magos, em 1555.

No início, os missionários mostravam uma certa afeição e vontade em utilizar a língua local, o concanin. A sua ação docente e educativa tornava-se mais fácil. Nas escolas, para além da língua

⁸ Cf. *Memória Histórico-eclesiástica da Arquidiocese de Goa*, Nova Goa, 1933, p. 327.

⁹ Instituições de organização social e administrativa nas aldeias goesas, anteriores aos portugueses.

¹⁰ Órgão paroquial, que zelavam os assuntos e interesses da igreja.

vernácula, aprendia-se o português, mas também a doutrina cristã e a música sacra. Fruto desta aprendizagem interdisciplinar e multicultural, é publicada uma das obras mais importantes da literatura goesa, *Crista Purana* de Thomas Stephens. Esta boa convivência não iria durar muito tempo. Contra a sua vontade, o vice-rei D. Francisco de Távora, Conde de Alvor, publica a 27 de junho de 1684 legislação que torna a aprendizagem do português obrigatória a todos os goeses num prazo de três anos. Cinquenta anos depois, a obrigatoriedade de dominar a língua do colonizador parecia não surtir grandes efeitos. Para tornar ainda mais coerciva a lei, os goeses católicos viam-se agora ameaçados de não poderem casar-se, caso não aprendessem o português no tal período de três anos.

4. As reformas pombalinas e o período constitucional

A grande preocupação do governo português na primeira fase do período colonial em Goa era assegurar a administração do território, o desenvolvimento do comércio e a proteção militar, deixando o encargo do ensino e da cultura, e obviamente da evangelização, sob a égide das ordens eclesiásticas. A ascensão do Marquês de Pombal viria a alterar radicalmente este estado das coisas. O ensino secundário, após a ordem de extinção das Escolas Reais, foi confinado aos seminários de Chorão (1761) e de Rachol (1762)¹¹. O *ratio studiorum* dos jesuítas cedia lugar ao método dos oratorianos que dava importância à língua materna e local, o concanin e o marata. A desvalorização das línguas locais seria mais tarde, e de novo, apontada por Cunha Rivara para explicar o insucesso do ensino, em especial nas Novas Conquistas. A escolástica jesuíta tinha agora de enfrentar o racionalismo do padre oratoriano Luis António de Verney, e o seu *Verdadeiro Método de Estudar* e, mais importante ainda, as reformas pombalinas.

As reformas pombalinas centravam-se em três principais objetivos: permitir ao Estado ter o controlo do ensino, tornar a educação secular e laica e regularizar o curriculum.

Em 1760, o Novo Método trazia consigo ainda outras alterações: os manuais eram oficialmente adotados; o programa era corretamente definido; os professores candidatos tinham de se submeter a um exame oficial; as colocações assumiam um caráter oficial; as remunerações dos “Professores Reais” eram definidas e divulgadas pelo Estado.

Em 1773, Pombal ordena a abertura da Escola do Regimento de Artilharia que, no entanto, só viria à luz do dia em 1776. É ainda sob a égide do Marquês de Pombal que se inicia a criação de uma Escola Médica. Em 1774, Pombal ordena que se iniciem aulas de Medicina e Cirurgia no Hospital de Panelim. Dois anos antes, em 1772, era criada uma das mais emblemáticas reformas

¹¹ O primeiro aberto à comunidade do sul, na província de Salcete, o segundo, ao norte, Bardez.

pombalinas, o “Subsídio Literário”, um imposto aplicado sobre as bebidas alcoólicas, o vinagre e a carne fresca (carne verde), que vai garantir o financiamento do sistema de ensino em Goa durante muitos anos. O ensino básico, através do Decreto-Real de 6 de novembro de 1772, é dividido em ensino primário e secundário.

As reformas pombalinas e a extinção da escolástica jesuíta trouxeram uma nova luz cultural e educativa? *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra!* Foram reestruturados currículos, adotado um novo método de ensino, convertidas e redimensionadas escolas, criados novos programas e graus de ensino, desenhados programas de formação e instrução de professores, supervisionada a rede de ensino, e, no entanto, os resultados, o grande objetivo, a “lusitanização” do território e da sua população e a alfabetização em português, ficou muito aquém das expectativas. O ensino em Goa e a língua portuguesa, após 300 anos de colonização, não se encontrava implantada, em especial nas *Novas Conquistas* (1744-1783), o que na verdade, até mesmo 1961, nunca viria a acontecer. No início do século XIX, o ensino estava longe de apresentar uma boa saúde. A ausência de um consistente método de ensino-aprendizagem do português, a falta de equipamentos e estruturas escolares motivariam relatórios negativos dos vice-reis. Seguindo as orientações de Lisboa, uma série de reformas são implementadas, em especial no ensino básico e elementar. Maria de Jesus dos Mártires Lopes é da opinião de que o método de ensino tão em voga no século XIX, contudo, não difere muito do método de ensino dos jesuítas (Lopes, 2001, p. 347).

Na opinião do vice-rei D. Manuel da Câmara (1822-1825) o ensino, e muito em especial a aprendizagem do Português era confrangedora. O seu sucessor, D. Manuel de Portugal e Castro (1827-1835), o “pai do sistema de ensino em Goa” (Cabral, 2009, p.72) haveria de seguir um conjunto de propostas e reformas com vista a ultrapassar o estado caótico da educação no território.

Se as reformas constituíram uma profunda revolução no ensino em Portugal, os seus efeitos tardaram a se fazerem sentir em Goa. Só anos mais tarde, graças à ação do vive-rei D. Manuel de Portugal e Castro, a situação se alterou efetivamente. Com a portaria n.º 531 de 5 de setembro de 1831, dá-se a abertura de seis escolas primárias oficiais. Os programas revistos, os professores avaliados e até as escolas paroquiais são postas sob controle e sujeitas também a inspeção governamental. Através da Portaria de 8 de agosto de 1840, são criadas as escolas regimentais que, à exceção da escola de Ribandar, funcionam junto aos quartéis militares. Visavam servir prioritariamente os militares portugueses e seus filhos, embora aceitassem as crianças naturais das zonas limítrofes. Este projeto, importado de experiências em Portugal, seguia o método das escolas lencastrianas e devia a sua criação, certamente à presença do exército britânico na metrópole aquando das invasões francesas e da fuga da corte para o Brasil.

Outro dos grandes protagonistas da implementação do sistema de ensino em Goa no Século XIX foi o governador interino, José Joaquim Lopes de Lima, em 1840. A sua ação estendeu-se a várias esferas da educação em Goa, tendo-se mostrado um exímio e dinâmico reformista.

As escolas municipais não diferiam muito em termos de currículo das escolas paroquiais. Em ambas, os alunos aprendiam a ler, escrever, civismo, moral e religião, gramática portuguesa e aritmética. No entanto, nas primeiras imperava o método de Lancaster e eram financiadas pelo “subsídio literário” criado pelas reformas pombalinas. As escolas paroquiais e de capela eram apoiadas pelas “comunidades”, as chamadas *gaocarias*¹². As reformas de Passos Manuel haveriam também de chegar a Goa. O liceu, no entanto, só em 1869 é que viria à luz do dia, graças aos esforços e tenacidade do Visconde de Vila Nova (Fernandes, 1944).

Lopes de Lima marcaria a sua governação, ainda que provisória e fugaz¹³, pela criação em Pangim de uma escola de História Nacional e Universal, Geografia, Cronologia e Estatística. Alterou o currículo da Escola Militar, alterando o seu nome para Escola Matemática e Militar, introduzindo aí as línguas francesa e inglesa. A sua preocupação em dotar o território de um sistema de ensino atualizado e moderno revelou-se na criação de escolas secundárias, três em cada capital de Município, uma onde se ensinava a Gramática Latina, a Lógica e a Retórica e duas outras com disciplinas tão diversas como a Gramática da Língua Portuguesa, a Aritmética, o Desenho Linear, História de Portugal e Universal, Geografia e Cronologia.

Através do Decreto-Lei de 4 de novembro de 1840, estabelece-se a Escola Normal de Ensino Mútuo, onde se formariam os professores primários.

Em 1843, é criada a primeira escola primária marata em Pangim, mais tarde transferida para Margão. Pode parecer estranha esta opção pela língua marata, falada no atual estado vizinho, Maharashtra, em detrimento da língua local, o concaninim. Na verdade, as razões permitem-nos compreender a opção estratégica de então. O marata era uma importante língua de administração, da diplomacia e comercial, dada a proximidade das comunidades vizinhas; a literatura rica e abundante nessa língua, tornava-a na língua da cultura, mesmo em Goa, em especial junto da comunidade hindu e os brâmanes, em particular, enquanto que o concaninim estava praticamente reduzido à sua expressão oral e coloquial; e, por fim, o marata era aprendido pelos missionários devido às incursões nos territórios vizinhos.

¹² Sabe-se que as “comunidades” que existiam no período pré-europeu financiavam o ensino e a educação de milhares de goeses, permitindo-lhes a prossecução dos estudos na Índia Britânica e em Portugal.

¹³ Lopes de Lima, apelidado de “Apóstolo do ensino em Goa” governou apenas 19 meses, vindo a ser substituído por Francisco Xavier da Silva Pereira, Conde das Antas, que logo de imediato ordenou a redução significativa do número das escolas nas Velhas Conquistas, mas criando em contrapartida seis novas escolas nas Novas Conquistas: Pernem, Bicholim, Satari, Ponda, Zambaulim e Canacona.

Durante a governação de Joaquim Mourão Garcês Palha (1843-1844), inicia-se uma nova política na edificação de escolas primárias. É criada em Pangim a primeira escola marata onde também se lecionava a língua canará, como reflexo da perceção da utilidade de aprender essas línguas para aceder aos documentos e textos nesses idiomas tão importantes para evitar erros na Justiça e nas Finanças provocados pelas deficientes traduções. Os alunos formados nessa escola para além do contributo nas áreas referidas, tinham preferência na colocação de professores nas Novas Conquistas (Souza, 1879, pp.132-133).

Em 1844, o ensino primário dividia-se em Primeiro Grau, no qual os jovens alunos aprendiam a ler, escrever, contar, mas também os princípios elementares de moralidade e da civilização e doutrina cristã, da cronologia e da História de Portugal e no Segundo Grau, que compreendia as disciplinas de Gramática Portuguesa, Desenho Geométrico, Geografia e História Geral, Aritmética, Desenho e Geometria Industrial e a Bíblia.

O número de escolas primárias e secundárias não para de aumentar. Em 1850, existem já 25 escolas secundárias, entre elas os já então denominados “liceus” nas capitais dos Municípios de Pangim, Mapuçá e Margão.

O visconde de Ourém, José Joaquim Januário Lapa (1851-1855), persegue o projeto da reforma e reorganização do ensino em Goa. Em 1844, cria cinco escolas primárias superiores do segundo grau, e mantém as outras como escolas primárias inferiores (Souza, 1879, p. 95). O mesmo governador recupera o projeto da Escola Normal e procede à reestruturação do Liceu de Nova Goa. Nesta altura surgem também as primeiras tentativas de ensino feminino, escolas noturnas e escolas móveis em Goa. A primeira escola de ensino secular do sexo feminino aparece em Goa em 1846, em Pangim, e logo de seguida uma em Margão e outra em Mapuçá.

No governo de José Pereira de Pestana (1864-1870), é autorizada a criação de escolas particulares e os ensinos primário e secundário registam em 1870 um número recorde de alunos: 6124 alunos estavam matriculados nas 112 escolas primárias (37 oficiais e 75 paroquiais e particulares) e 2092, com 333 alunos a frequentarem o Liceu, 445 nas escolas governamentais, 200 no Seminário de Rachol e 1114 em diversas instituições privadas (Varde, 2012, p. 12).

Mas a melhoria do ensino não passava apenas pela melhor formação dos professores, pelo desenvolvimento de infra-estruturas escolares, algumas adjudicadas aos capelães nas Novas Conquistas¹⁴.

Somente em 1921, com a Portaria n. 965 de 16 de novembro, as escolas primárias passam a ser mistas, com alunos de ambos os sexos.

¹⁴ De acordo com o Censo de 1900, foram criadas 16 destas escolas que funcionavam anexadas às capelas.

O período constitucional foi pródigo em reformas em Portugal, mas também em Goa. A instabilidade sociopolítica não contribuiu favoravelmente para a melhoria do ensino, apesar das reestruturações dos programas, da escolha de novos manuais e mais adequadas metodologias.

A qualidade e também a quantidade de escolas nas Novas Conquistas era muito inferior. Este desenvolvimento desequilibrado da rede escolar não permitiu a consolidação do objetivo primordial: a lusitanização do território. A passagem do controlo da educação das ordens religiosas para o poder político, apesar das boas intenções liberais e democráticas de um ensino mais laico e secular e menos eclesiástico e elitista não permitiu surtir o resultado desejado, tal como acontecera na Índia Britânica, talvez pelo menosprezo dado à aprendizagem das línguas locais pelos funcionários da administração portuguesa (Lopes, 2001).

5. Da República a 1961

Com o advento da República em 1910, desenvolvem-se redobradas expectativas relativamente a um ensino mais laico e democrático. O Governador de Goa, Francisco Massano de Amorim (1926-1929), promove uma série de reformas muito concretas:

- a) O ensino encontra-se dividido em 4 categorias: o primário, o secundário, o especial e o superior.
- b) O ensino primário, básico e elementar teria a duração de 5 anos: 4 anos no 1.º grau ou nível I, e um no 2.º grau ou nível II. Os programas e currículos seriam os mesmos seguidos em Portugal, a História de Portugal e a História local deveria estar incluída no plano de estudos. Assinalava-se, ainda, a necessidade de aperfeiçoar o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.
- c) Os exames do 1.º grau seriam conduzidos nas escolas governamentais e os do 2.º grau nas sedes dos concelhos (*talukas*).

A passagem da Monarquia para a República não trouxe, apesar de tudo, significativas alterações, designadamente ao nível do número de alunos matriculados no ensino primário. Antes de 1910, havia 8222 alunos em 1930, registavam-se 9228!¹⁵

Para colmatar essa problemática situação, a legislação de 1932, centrada na relação e valorização das línguas locais e vernáculos, vai permitir o fomento de escolas mistas de português-marata, onde a língua de instrução era o marata, em especial nas Novas Conquistas.

Em 1950, o crescimento da população estudantil nas escolas portuguesas era marginal. Das 120,205 crianças, apenas 9,930 frequentavam as escolas portuguesas. Na opinião de Ricardo Cabral,

¹⁵ De acordo com o Censo de 1931, havia 110 000 crianças em idade escolar, mas somente 8000 frequentavam a escola primária, obrigatória até aos 13 anos.

This meant there was an increase of about 1800 students over the 1931 figures but again the percentage increase was only about two which meant that the Portuguese had failed in their attempt at enculturation of the Goan people. (Cabral, 2009, p. 28)

Nesse mesmo ano de 1950, Sebastião Morão-Correia, diretor do Colégio Nacional Afonso de Albuquerque e mais tarde Diretor da Educação, repetia as mesmas queixas feitas cem anos antes por D. José da Câmara, D. Manuel de Portugal e Castro e Cunha Rivara. Os professores não eram, em muitos casos, proficientes na língua e cultura portuguesas e os alunos aprendiam de cor a ler e a soletrar as sílabas em português, sem conhecer “o espírito das palavras”.

As políticas educativas não estavam a surtir os resultados desejados. De facto, alguns autores referem-se ao mito da Língua Portuguesa em Goa, quando confrontados com os números de falantes efetivos em todo o território, e muito em especial nas Novas Conquistas, onde a hegemonia linguística pendia naturalmente para os idiomas locais, o marata e o concaninim.

Em 1952, havia 11 868 alunos inscritos nas escolas e pouco tempo depois, em 1956, assumiram-se medidas drásticas. O ensino obrigatório passa a situar-se entre os 7 e os 13 anos de idade, sendo aplicadas pesadas coimas para as famílias incumpridoras. Seriam autorizadas mais escolas particulares e privadas, desde que o Português e a História de Portugal fossem disciplinas obrigatórias. Para o esperado aumento do universo estudantil era também necessário desenvolver esforços e tomar medidas para formar e recrutar mais professores, aumentando-lhes os vencimentos, assim com construir, alugar ou licenciar outros espaços do parque escolar.

No ano letivo 1960-1961, de uma população estudantil cifrada na centena de milhar, cerca de 25% frequentava a escola. Os níveis de literacia eram por esta altura ainda francamente fracos. Em contrapartida, as escolas em inglês prosperavam e desenvolviam-se como cogumelos por todo o território:

This was the major development that put paid to the hopes of the Portuguese at imposing their own culture and the process of “lusitanization” came a cropper because unlike the Portuguese education English ironically became a popular movement in Goa among both the Catholic and Hindu communities. (Cabral, 2009, p. 30)

O sucesso do inglês era não apenas devido às oportunidades comerciais e oferta de empregos no Estado vizinho de Maharashtra, na antiga Índia Inglesa, mas também, e segundo Tristão Bragança da Cunha, a vontade de “desnacionalização dos goeses” em relação ao colonialismo português (Cunha, 1961).

O Livro Anual de Estatística de 1961 revelava com evidência que apesar dos esforços, do ensino compulsivo do português, das diversas reformas e projetos, os dados do ensino primário

eram manifestamente fracos. Registavam-se 146 escolas primárias de ensino português e um total de 25 157 alunos matriculados.¹⁶

Comparados estes números com o sucesso das escolas de marata e de inglês, poderíamos perguntar: terá tanto esforço sido inglório? *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra!*

6. O português em Goa desde 1961

Em abril de 1962, o governo central da União Indiana forma uma comissão chefiada por Shri B. N. Jha que procede a uma análise das estruturas, currículos e planos de estudo escolares. Aos alunos inscritos por exemplo em cursos secundários em estados mais avançados, como era o caso do Liceu Afonso de Albuquerque, que seria convertido em Higher Secondary School, afiliada ao All India Central Board of Secondary Education de Nova Deli seria a Escola Normal, aos alunos dos cursos técnicos e profissionais, era-lhes dada a possibilidade de continuarem e concluírem os ciclos. Em 1963, os alunos da Escola Técnica Industrial e Comercial seriam transferidos para o Liceu em Pangim, mas os cursos deixariam de ser ministrados em português. Os ciclos iniciais em língua portuguesa só seriam abertos se um número mínimo de alunos estivesse garantido.

Em ambiente de natural euforia, alimentado por novas esperanças criadas na população pelo movimento libertador do jugo colonial, o português, ao contrário do passado, cuja aprendizagem era em muitos casos compulsiva, por força dos decretos ou inerência dos postos de trabalho na administração pública, perdeu a implantação (mesmo, como já referimos, sem nunca atingir o estatuto de língua de massas) no território. As escolas primárias continuaram, até 1967, a seguir o modelo e a língua portuguesa como língua de instrução.

O estatuto especial prometido por Jawaharlal Nehru, Primeiro Ministro da União Indiana, às populações da antiga Índia Portuguesa concretizar-se-ia através da criação da União do Território de Goa, Damão e Diu. O Delhi Board of Education iria criar as condições para que o ensino da língua portuguesa fosse introduzido no ensino secundário como 2.^a língua, a par do francês e das línguas clássicas indianas.

Finalmente, como concretização lógica da mudança, as publicações como o *Boletim Oficial* que passaria a designar-se *Government Gazette* (Rodrigues, 2014, p. 123) viriam a ver a sua publicação bilingue cessar em 1966 (1.^a série) e 1973 (2.^a e 3.^a séries).

As profundas transformações na vida escolar e cultural, verificadas após os acontecimentos de 1961, verificaram-se ao nível dos programas curriculares e dos manuais até então utilizados na rede de ensino. Surge a preocupação de incluir autores goeses nos programas de estudos

¹⁶ *Statistical Year Book of 1961*, Government of Goa, Daman and Diu, Panjim, pp. 139-140.

portugueses. Uma comissão formada por professores, nomeadamente Joaquim da Silva, Alfredo Dias e Pedro Noronha, prepara uma antologia *Selecta Literária* onde figuram escritores de Goa, mas também alguns clássicos portugueses. O livro era indicado para os alunos do 5.º ao 10.º ano. Do 9.º ao 11.º ano era recomendável a utilização da *Selecta* de Anvekar e o texto *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett (Rodrigues, 2014, p.125).

Os alunos das escolas secundárias e dos colégios de Goa, afiliados à Universidade de Bombaim, podiam optar pelo português como segunda língua. Era o caso do Dhempe College em Pangim e do Xavier's College em Mapuçá¹⁷. *A Musa em Férias* de Guerra Junqueiro e *As Cidades e as Serras* de Eça de Queirós eram obras de leitura obrigatória (Rodrigues, 2014, p. 125).

Em 1980, havia pouco mais de 100 alunos a estudar português no ensino secundário.¹⁸ Esse número foi gradualmente crescendo, sobretudo a partir do estabelecimento do Consulado-Geral de Portugal em Goa, em 1990, da Delegação da Fundação Oriente, em 1988, da criação do Departamento de Português na Universidade de Goa em 1987 e que, a partir de 1989, acolheu um leitor do Camões, no âmbito do Acordo de Intercâmbio Cultural entre a Índia e Portugal e, já no início deste século, a abertura de um Centro de Língua Portuguesa do Camões em 2000, nas então instalações do Consulado-Geral de Portugal em Patto e, desde janeiro de 2017, ocupando o 1.º piso de uma bela casa de traça indo-portuguesa na rua de Ormuz, junto ao rio Mandovi.

6.1 O português nas escolas do ensino secundário

A rede dos ensinos básico e secundário em Goa integra o português como disciplina opcional, língua segunda ou terceira, tal como o francês ou as línguas clássicas indianas, designadamente o sânscrito, a partir do oitavo ano (*8th standard*)¹⁹, podendo os alunos completar os seus estudos do *Higher Secondary*, décimo-segundo ano dos cursos de humanidades (*12th standard*), atingindo um nível de proficiência linguística tal que lhes permite, sem dificuldades, ingressar no programa seguinte de ensino superior em estudos portugueses, B.A. *Honours* e *General*, graduação garantida pelos colégios afiliados à Universidade de Goa.

Se o português não desapareceu completamente da vida social, cultural e educativa, isso deveu-se durante cerca de 30 anos quase exclusivamente à paixão de algumas famílias que mantiveram o contacto com a língua portuguesa em ambiente particular, em casa e nas interações sociais.

¹⁷ Este colégio é o único, a par do Parvatibai Chowgule College, a oferecer ainda hoje o B.A (Bachelor of Arts) em português. Com programas distintos, o Xavier's College, afiliado à Universidade de Goa oferece o B.A. em Estudos Portugueses *Honours* e *General*, enquanto que o Chowgule, por ter, desde 2013-2014, autonomia académica, tem o seu próprio programa nas modalidades de *Minor* e *Major*.

¹⁸ Em 1961-1962 registavam-se 29 940 alunos a aprenderem português nas escolas.

¹⁹ Algumas escolas privadas têm integrado o português em níveis mais iniciais dos 5.º e 6.º anos.

Não existe em Goa uma comunidade de portugueses, emigrantes lusofalantes, como em muitas partes do globo. Aqui, e em contexto educativo, o português há muito que deixou de ser uma língua materna ou segunda língua. Para a maioria dos discentes, o português surge como uma opção entre as línguas estrangeiras, francês, alemão e possivelmente um dia o italiano ou espanhol. Contudo, quase todos também conhecem alguém, um familiar ou um parente mais próximo do idioma. Sabendo que existem mais de 2700 vocábulos do português que entraram como empréstimos no concanin é fácil perceber como, mesmo sendo língua estrangeira, o português, não é assim tão estranho e “exótico” em Goa. Se hoje em dia os alunos das escolas não salientam com orgulho o nível de conhecimento da língua portuguesa, como fazia a geração dos seus avós que, sempre que a oportunidade se lhes oferece, afirmam peremptoriamente terem o segundo ou terceiro grau do liceu, é também verdade que desenvolvem capacidades e destrezas através da aprendizagem do português. Interpretam fado e outros géneros musicais lusófonos, participam em concursos escolares, em sessões de leitura, *sketchs* de teatro, etc.

Para ser professor de quadro de uma escola do secundário, o professor necessita de completar o curso de B.ed (bacharelato em educação). A falta dessa habilitação académica inibe-os de exercerem a docência de forma regular e estável. Neste sentido, a Fundação Oriente, tem, desde praticamente o início deste século, assegurado a rede de docência no ensino secundário, financiando quase duas dezenas de professores, ou seja 90 % dos docentes de português no ensino básico e secundário em Goa. Estamos neste momento a assistir a uma profunda renovação do corpo docente. Os professores mais experientes, muito familiarizados com a língua, em muitos casos tendo-a como primeira língua, ou pelo menos segunda língua, estando sendo substituídos por uma mais jovem geração, alguns destes alunos recém graduados pela Universidade de Goa com o *Master* em estudos portugueses. Com mais dificuldades na interação oral e no conhecimento estrutural do português, possuem, todavia, outras competências, designadamente ao nível das novas tecnologias e informação e o seu uso em contexto de ensino-aprendizagem. Alguns indicadores apontam para um crescimento ligeiro, mas consistente no número de alunos que realizaram os exames de final de ciclo, 10.º ano do SS (*Secondary School*) e o 12.º ano HSS (*Higher Secondary school*). Os dados registados, 103 (SS) / 43 (HSS) em 1985, 194 (SS) / 127 (HSS) em 2005, 288 (SS) / 177 (HSS) em 2015, mostram claramente a evolução positiva no nível secundário. Os dados registados em final de ciclo permitem-nos, em nosso entender, aferir com mais rigor o universo dos discentes de português nas escolas secundárias em Goa. Os registos facultados pela Fundação Oriente, indicando o total de alunos inscritos nas escolas apoiadas, confirmam essa tendência evolutiva.²⁰

²⁰ Ver figura 1 (anexo).

6.2 O português nas escolas do ensino superior

Quanto ao ensino superior, Goa goza de um estatuto incomparável nesta região do sudoeste asiático. A Universidade de Goa é a única em todo o subcontinente indiano a ter um Departamento de Português²¹ autónomo que assegura neste momento programas de estudos portugueses superiores, *Master's of Arts* (M.A.) e *Master's of Philosophy* (M.Phil), prevendo-se a abertura de um programa de Doutoramento (PhD.) em estudos indo-portugueses no próximo ano académico 2018-2019. A Universidade de Goa tem nos últimos anos apostado na consolidação dos estudos portugueses. Três das vagas de Professor Assistente foram preenchidas, tornando mais estável a atividade académica e curricular do Departamento. No ano académico 2018-2019, o corpo docente será constituído por dois professores assistentes permanentes (um deles a realizar o doutoramento em Portugal), dois professores com contrato anual e um professor assistente contratado por um período de cinco anos. Para além destes, o Departamento de Português conta ainda com um leitor do Camões, que é também o responsável pelo Centro de Língua Portuguesa do Camões em Goa.

Em 2016, foi criada a Cátedra do Camões Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, cujo objetivo principal prevê criar as condições para a implementação de um programa de doutoramento em Estudos Indo-Portugueses. Durante a vigência do Protocolo, de 2016 a 2019, a Cátedra dirigida por uma Comissão de três membros, entre eles o leitor do Camões que é também *chairman* da Comissão Organizadora, contará com cinco Professores-Convitados²² que realizaram atividades de docência, conferências, entre outros projetos. Em 2016-2017, 83 alunos frequentaram os cursos oferecidos no âmbito das atividades da Cátedra Cunha Rivara e no ano académico seguinte, registaram-se 94 alunos.

A obtenção de um grau académico é, no contexto atual, crucial para o futuro do português na Índia. Sendo ainda neste momento, condição mínima para o exercício da docência a nível do ensino superior, nos colégios e nas universidades, possuir um *Master's* na disciplina que se pretende lecionar, é com alguma preocupação que assistimos ao adiamento da abertura de programas de estudos que confirmem este grau académico noutras universidades do subcontinente indiano. Por este motivo, é do Departamento de Português da Universidade de Goa que têm saído os atuais

²¹ O Departamento assumiu a partir de 2014-2015 a sua nova designação, *Department of Portuguese and Lusophone Studies*. O Departamento de Português foi criado em 1987 e em 1989 foi inaugurado o programa de M.A. em Português.

²² Os Professores-Convitados no período de 2016 a 2019 são: Hugo Cardoso (do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), Susana Sardo (do INET-md da Universidade de Aveiro), Amélia Polónia (do Departamento de História Política e Relações Internacionais e diretora do CITCEM da Universidade do Porto), Ângela Barreto Xavier (do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e Walter Rossa (do Departamento de Arquitectura do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra).

professores de Português, colocados em escolas do ensino secundário, nos colégios, assim como no ensino superior, não só em Goa, mas também em Nova Deli, Hyderabad (Andhra Pradesh), e muito em breve em Bangalore (Karnataka) e Kholapur (Maharashtra).

Pensamos que o investimento na promoção e difusão do português na Índia deve assumir um caráter prioritário em programas que contribuam para a formação, certificação de competências e obtenção de graus académicos que constituam uma *conditio sine qua non* para o exercício da docência.

O Departamento de Português e de Estudos Lusófonos, para além do Master's e do M.Phil oferece ainda diversos cursos opcionais a alunos de outros departamentos, seguindo desde o primeiro momento a política de programas interdepartamentais, implementada em 2009-2010 com a reestruturação dos cursos baseados num sistema de créditos (CBCS)²³. Para os alunos externos, são disponibilizados cursos livres de língua portuguesa seguindo o QECR, nos níveis A1, A2, B1 e B2.

O Centro de Língua Portuguesa do Camões em Pangim, tem como principal valência apoiar alunos e professores de português em Goa e nas regiões e Estados limítrofes, como Maharashtra, Karnataka, Andhra Pradesh e Kerala. O CLP estabelece a mediação entre o Camões-sede e instituições educacionais de prestígio na celebração de Protocolos de Cooperação. Tem realizado exames de certificação internacional de Português Língua Estrangeira desde praticamente a sua criação em 2000. É, por força do Protocolo celebrado em 2016 entre o CAPLE e o Consulado-Geral de Portugal em Goa, um dos poucos LAPE ativos na Ásia.

O CLP ocupa um espaço novo, em zona central e privilegiada em Pangim, mais amplo, que permite desenvolver inúmeras atividades culturais, como colóquios, encontros literários, ciclos de cinema, oficinas de trabalho e cursos intensivos de português.

7. Conclusão

Na opinião de alguns céticos, o legado dos portugueses em Goa resume-se a *bones, stones and ghosts* e a língua, essa, está a morrer! *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra!* Na última década, tem-se verificado um ligeiro, mas consistente crescimento no número de aprendentes, nos vários níveis de ensino, e na procura de falantes e especialistas em português por parte de multinacionais sediadas no subcontinente indiano. Se há uma geração que, por razões naturais e incontornáveis, está a

²³ Cf. figuras 2 e 3 (anexo). O Departamento de Português esteve fechado de 2001 a 2005. Até então, haviam concluído o programa de M.A em Português apenas 39 alunos. De 2006-2007 a 2017-2018 foram quase o dobro a obterem esse grau académico. Na figura 3 pode-se constatar o crescente número de alunos em quase todos os programas, à exceção dos cursos livres que só abrem quando reunidas as condições necessárias para garantir os recursos humanos, i.e., a colocação de professores titulares desses cursos com habilitação adequada.

desaparecer, há por outro lado uma nova geração que procura a aprendizagem do idioma, alguns provenientes de outros Estados da República da Índia, de forma livre e voluntária, ávidos de aperfeiçoarem os seus conhecimentos e capacidades ou tendo em vista a obtenção de uma habilitação académica ou uma certificação. Goa é, por um conjunto de razões, um dos grandes centros de difusão da língua portuguesa e das culturas dos países lusófonos em toda a Ásia, reunindo condições ímpares para a formação e certificação das aprendizagens.

Anexo

FUNDAÇÃO ORIENTE

Goa Escolas Apoiadas pela FO para o ensino da Língua Portuguesa

Ano Lectivo	Número de Escolas				Número de Alunos			
	SS	HSS	Outros	TOTAL	SS	HSS	Outros	TOTAL
2006-07	16	14	0	30	457	236	0	693
2007-08	13	14	0	27	444	251	0	695
2008-09	14	12	0	26	455	212	0	667
2009-10	14	13	0	27	444	283	0	727
2010-11	15	12	2	29	482	288	172	942
2011-12	13	8	0	21	542	139	0	681
2012-13	13	10	1	24	624	150	14	788
2013-14	14	10	1	25	624	185	0	809
2014-15	14	12	1	27	673	235	0	908
2015-16	14	9	1	24	665	210	0	875
2016-17	15	9	1	24	749	224	16	989
2017-18	15	9	1	24	758	216	10	984

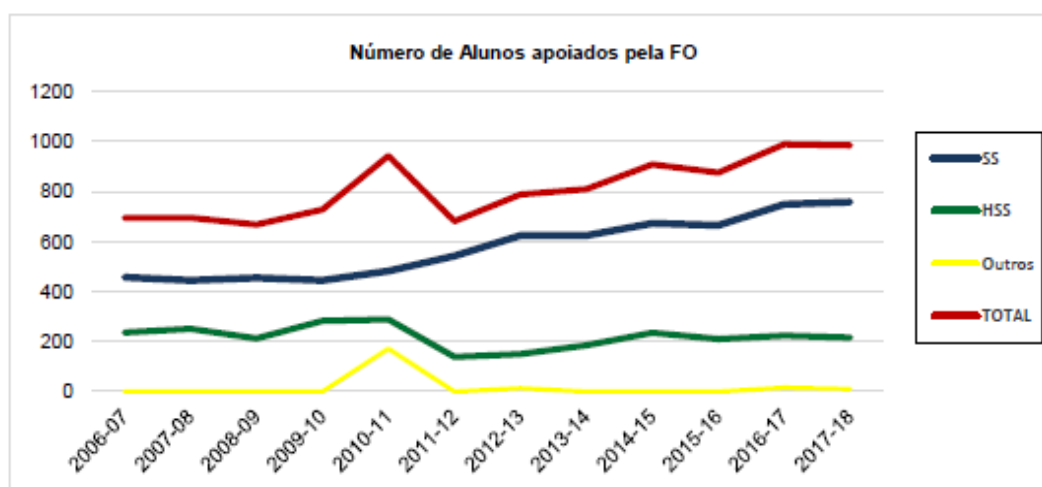


Figura 1

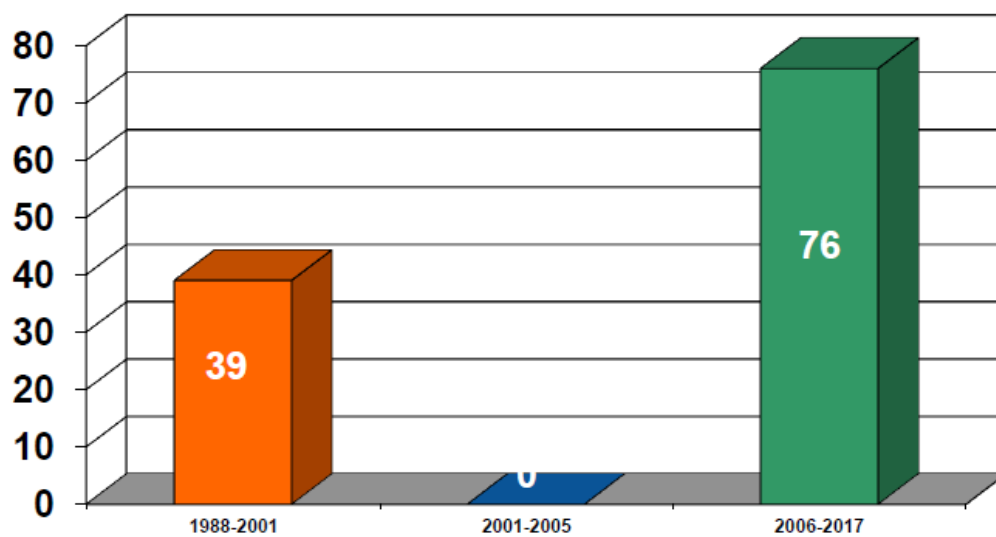


Figura 2

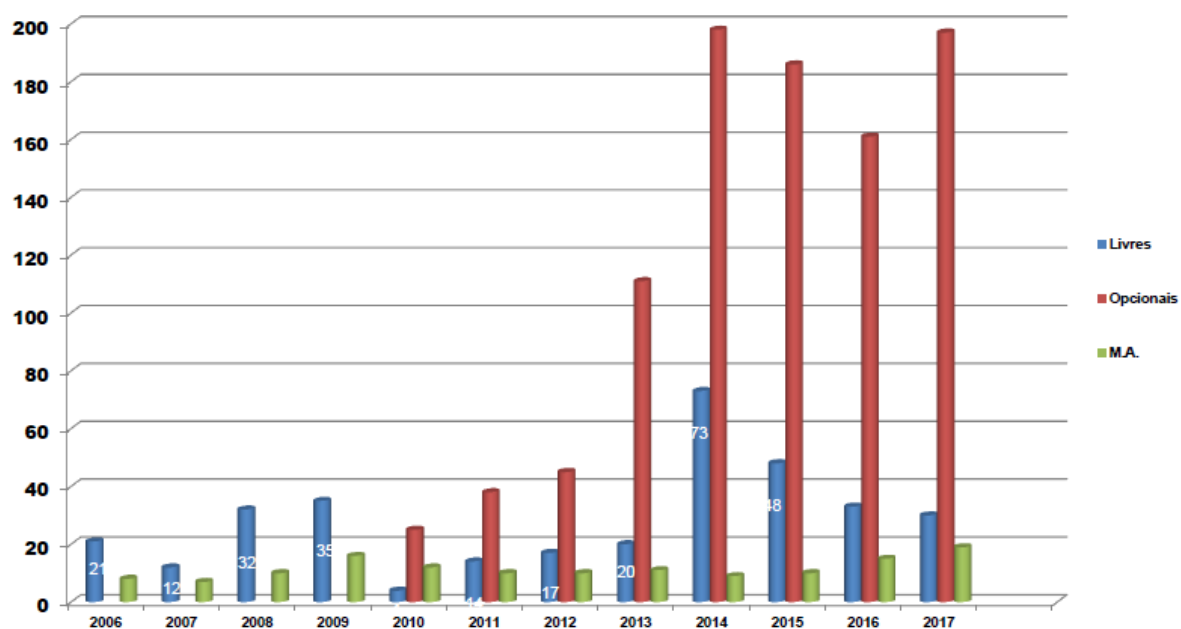


Figura 3

Referências bibliográficas

- Braganza, L. M. (1926). A Educação e o Ensino na Índia Portuguesa. In *A Índia Portuguesa*. Vol I & II, Nova Goa: Imprensa Nacional.
- Cabral, R. (2009). *The Development of Teacher Education in Portuguese Goa (1841-1961)*. New Delhi: Concept Publishing Company.
- Cunha, T. B. (1961). The DeNationalization of Goans. In *Goa's Freedom Struggle*. Bombay: New Age Press.
- De Souza, P. C. F. (1890). *Instituições Portuguesas de Educação e Instrução no Oriente – Estudos Histórico-Archeologicos*. Vol. I, Bombay: Job Printing Press.
- Fernandes, A. S. (1944). *O Liceu Nacional Afonso de Albuquerque em Nova Goa*. Lisboa: Divisão de publicações e biblioteca da Agência Geral das Colónias.
- Gomes, J. B. (1913). *Escola Normal de Nova Goa, Primeiro Anuário*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- Gomes, J. B. (1927). Prefácio Histórico-Pedagógico. In Rangel, J. (ed.). *Anuário das Escola Primárias*. Bastora: Tipografia Rangel.
- Lopes, M. J. M. (2001). Education in Goa in the first half of the 19th century institutions, methodologies and result. In Mathew, K. S., De Souza, T. R. & Malekandathil, P. (eds.). *The Portuguese and the Socio-Cultural Changes in India, 1500-1800*. Goa: Fundação Oriente.
- Rodrigues, M. L. B. C. (2014). The Portuguese language and the story of Maria de Lourdes. In D'Souza, C. (org.), *Portuguese language and literature in Goa, past, present and future*. Margao: Cinnamon Teal Publishing.
- Sardo, S. (2010). *Guerras de Jasmim e Mogarim. Música, Identidade e Emoções em Goa*. Lisboa: Texto Editora.
- Souza, F. N. T. C. R. (1879). *Notícia Histórica e Legislação da Instrução Pública, Primária, Secundária e Superior na Índia Portuguesa*. Goa: Tip. Da Cruz, Rua de Ourém.
- Varde, P. S. (2012). *History of Education in Goa, from 1510 to 1975*. Panaji: Directorate of Art & Science (2.^a edição).
- Xavier, P. D. (1993). *A Social History of Goa*. Panaji: Rajhauns Vitaran.